

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Paulo Sérgio/ Câmara dos Deputados



Benevides Filho: escalonamento das contribuições

Vice-líder do governo prevê acordo com municípios

Já escalado para integrar o time de vice-líderes do governo na Câmara, Mauro Benevides Filho (PDT-CE) diz que deverá ficar para 2027 a volta da cobrança integral do pagamento previdenciário da grande maioria dos municípios. Segundo ele, o acordo que está sendo costurado entre prefeitos e o Ministério da Fazenda prevê um escalonamento desta contribuição patro-

nal para prefeituras de até 156,2 mil habitantes. O governo aceitaria, para 2024, o retorno do pagamento de alíquota de 8% estabelecido em lei aprovada ano passado, suspensão por medida provisória: o governo também obteve liminar no Supremo Tribunal Federal. Apesar da possibilidade de acordo, municípios ainda tentam estabelecer um limite de 17% ou de 14%.

Déficit caiu

Benevides Filho ressalta que a alíquota de 20% é tão pesada para os municípios que o déficit mensal da Previdência com as prefeituras caiu de R\$ 930 milhões para R\$ 546 milhões quando foi criado o percentual de 8%. Ou seja, a arrecadação subiu com a diminuição dos valores.

20 anos

Segundo ele, o acordo com o governo prevê a aprovação de emenda constitucional que estabeleça parcelamento de 240 meses — 20 anos — para que prefeituras paguem seus débitos com a Previdência. O valor da dívida chega a inacreditáveis R\$ 260 bilhões.



Pedaco de muro desabou na Educação Física

UFRJ diz que sua situação é insustentável e cobra governo

O Conselho Universitário da UFRJ classifica de “insustentável” a situação da instituição que, afirma, está “respirando por aparelhos”. Em nota, frisa que há um “processo inexorável de degradação de sua infraestrutura” — cita os “desabamentos sucessivos” na Escola de Educação Física.

O Consuni lembra que

a UFRJ tem 60 mil alunos de graduação e 15 mil de pós-graduação. Entre seus prédios há os que foram construídos no Brasil Colônia e no Império. A nota reivindica o apoio da sociedade e pede que o MEC e demais órgãos de financiamento, “respondam de forma clara e honesta qual é o projeto do governo” para a UFRJ.

Dobradinha

No PL, a candidatura do deputado estadual Rodrigo Amorim (União Brasil) à prefeitura do Rio é encarada como complementar à do deputado federal Alexandre Ramagem, escolhido por Jair Bolsonaro. Amorim será escalado para bater no prefeito Eduardo Paes (PDS).

Serviços

Secretário de Segurança do Rio, Vítor Cesar Carvalho dos Santos afirmou, em encontro promovido pelo Lide Rio de Janeiro, que a exploração de serviços como fornecimento de luz e água é a principal fonte de renda de quadrlhas de traficantes de drogas no Estado.

‘Padre Amorim’

Com Amorim no papel de Padre Kelmon, Ramagem ficaria liberado para, nos debates, focar em propostas e fazer a linha paz e amor. O candidato do União foi um dos que, em 2018, quebraram placa que homenageava a verdadeira Marielle Franco, assassinada naquele ano.

Semelhanças

É aquela história: bandidos dizem para os moradores que eles não precisam pagar as contas oficiais, o dinheiro tem que ser entregue para eles. Adotaram assim a estratégia dos milicianos — isso reforça que, hoje, fica difícil separar os dois tipos de criminosos.

Qual é a estratégia da defesa de Bolsonaro?

Analistas avaliam o que advogados querem com recursos

Por Ana Paula Marques

No domingo (26), o ministro Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), rejeitou um recurso dos advogados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para que fosse analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a decisão que o tornou inelegível pelos atos praticados em 7 de setembro de 2022. Na prática, ainda que o recurso fosse aceito e mesmo que a condenação fosse revista pelo STF, isso não alteraria o fato de Bolsonaro estar inelegível e não poder disputar as eleições de 2026. Porque essa é já a segunda condenação do ex-presidente: o TSE também o considerou inelegível por conta da reunião que fez com embaixadores fazendo contestações do sistema eletrônico de votação brasileiro sem comprovação. Se, portanto, os recursos não conseguem reverter a inelegibilidade, por que, então, estão sendo feitos por seus advogados?

O Correio da Manhã ouviu especialistas sobre a estratégia de defesa do ex-presidente. Na ação, os advogados alegavam que o julgamento do TSE teria violado o devido processo legal, o que autorizaria o “recurso extraordinário” para encaminhar a análise para o Supremo.

Além de Bolsonaro, o seu vice na chapa que disputou a presidência em 2022, Walter Braga Netto, também foi condenado por abuso de poder político e econômico nas comemorações do Bicentenário da Independência, em 7 de setembro. O TSE avaliou que Bolsonaro discursou para apoiadores em um trio elétrico em Brasília após o desfile militar de 7 de setembro e no mesmo dia, foi ao Rio de Janeiro, onde subiu em um palanque em Copacabana que o Exército montou para as festividades, e teria usado esse espaço para se promover eleitoralmente, mesmo estando em cargo público. Ou seja, no entendimento do tribunal, o



Alexandre de Moraes rejeitou o recurso da defesa de Jair Bolsonaro

ex-presidente teria transformado as festividades pela Independência em comícios.

O recurso, porém, foi negado por justificativas técnicas. Segundo Moraes, só seria possível uma nova análise no próprio tribunal onde houve a decisão questionada, nesse caso, o TSE, antes de seguir para a Suprema Corte. Ao rejeitar o recurso, Moraes considerou que os acusados tiveram amplo direito de defesa, durante seu julgamento de inelegibilidade, e que o recurso não cumpre requisitos básicos para que a ação vá para a mesa do STF.

Bolsonaro (PL) comentou a decisão de Moraes, nesta segunda-feira (27), em seu perfil no X (ex-Twitter), o ex-presidente afirmou se tratar de uma “perseguição sem fim” e ainda lembrou que a multa de R\$ 425 mil também definida em outubro de 2023 está mantida.

Defesa

Para o secretário-geral da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), Luiz Gustavo de Andrade, a intenção da defesa de Bolsonaro é discutir cada caso separadamente, como forma de manter aceso o debate sobre as condenações.

Para o especialista, ao se alegar violação do devido proces-

so legal, a defesa de Bolsonaro procurava discutir uma tese jurídica, que não dependesse de uma análise de provas—depoimento de testemunhas, análise de documentos, interpretação dos fatos a partir das provas. “Porém, o ministro Alexandre de Moraes entendeu que o TSE interpretou provas no processo, por isso, o recurso era incabível, justamente porque não é possível reexaminar o conjunto de provas em um recurso extraordinário ao STF”, explica.

Inelegibilidade

Bolsonaro já estava inelegível por oito anos por outra decisão do TSE, de junho, que o condenou por prática de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação durante reunião realizada no Palácio da Alvorada com embaixadores em 18 de julho de 2022, reunião na qual o então presidente, fez acusações contra as urnas e o processo eleitoral em si.

Já no julgamento pelos atos de 7 de setembro, Bolsonaro e Braga Netto foram condenados pelo TSE no ano passado, por 5 votos a 2, com a condenação, ambos ficaram inelegíveis por oito anos, ou seja, mesmo com duas condenações, Bolsonaro só fica inelegível até 2030.

Causas da tragédia no Sul é debatida em sessão no Senado

Por Ana Paula Marques

Parlamentares e integrantes do governo debateram, nesta segunda-feira (27), em uma sessão de debates temáticos, a tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul. Ainda que o estado precise de respostas emergenciais para resgates, alojamentos e alimentação, os presentes na sessão defendem ser preciso aprofundar a discussão sobre medidas preventivas para combater os desafios climáticos.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), por exemplo, defendeu o diálogo entre os três poderes para traçar “estratégias inteligentes” no atendimento à população gaúcha e na reconstrução do estado e também nas discussões para evitar riscos ambientais do mesmo nível.

“Esse debate precisa começar a amadurecer a ideia de que precisaremos de medidas preventivas e efetivas para os desafios climáticos. Precisamos aprimorar a nossa capacidade de resposta aos eventos climáticos extremos”, afirmou Pacheco.



Senadores e governo discutiram questão climática

A sessão de debates foi proposta pelo presidente da Comissão Temporária Externa do Rio Grande do Sul, senador Paulo Paim (PT-RS). Na sessão, estavam presentes parlamentares, ministros e secretários do Executivo para tratar dos danos causados pelas chuvas no estado. Ainda durante o debate, Paim defendeu o desenvolvimento de forma sustentável.

“O Pampa gaúcho é o segundo bioma mais devastado do Brasil. Em primeiro lugar está a Mata Atlântica. A responsabilidade é de todos nós. Estamos pagando o preço da

nossa insensatez, e quem mais sofre é a população. Não podemos mais silenciar diante dos sons e estrondos de uma árvore que é derrubada, das inundações, das queimadas, da desertificação, das águas contaminadas”, afirmou o senador.

Já a presidente da Comissão do Meio Ambiente, a senadora Leila Barros (PDT-DF), ressaltou ser preciso cobrar internacionalmente medidas para as mudanças climáticas. “É necessário, por mais difícil que seja, aceitar essa realidade e encarar que o clima mudou e que precisamos mudar junto

com ele. Ao nível internacional, precisamos continuar cobrando os principais culpados por essa situação em escala global”, disse.

O ministro das Cidades, Jader Filho, afirmou durante o debate que faltam informações para o governo federal planejar reconstruções e reformas no Rio Grande do Sul, no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida. Segundo o ministro, 38 prefeitos já foram ouvidos, mas ainda faltam 362 que respondem por municípios atingidos.

Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Monique Sacardo Ferreira, afirmou que a pasta tem observador de perto a política climática e para o enfrentamento da emergência climática, e que uma das missões do ministério é promover políticas que levem à descarbonização da economia. “A gente precisa de um olhar preventivo, mas essa prevenção começa na mitigação das mudanças do clima”.